CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS DESDE A INFÂNCIA

Giulia Zem RONCHINI, Cláudia de Oliveira DAIBELLO

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

Eixo 3 - Educação para as relações étnico-raciais

giuliaronchini@estudante.ufscar.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Palavras-chave: Étnico-racial. Diversidade. Educação Infantil

Resumo

Este trabalho apresenta um relato de experiência desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), dentro do eixo das relações étnico-raciais, realizada em uma instituição de Educação Infantil vinculada a uma universidade federal do interior do estado de São Paulo, no segundo semestre de 2025. A proposta pedagógica foi realizada com uma turma de 15 crianças, entre 3 e 4 anos, e teve como principal objetivo promover o respeito à diversidade étnico-racial e a ampliação do repertório cultural a partir de uma demanda apresentada pela turma acompanhada ao longo do ano, dialogando, portanto, com a Lei n.° 10.639/2003. Relacionando com diretrizes curriculares e autores que defendem uma educação antirracista, este relato de experiência se propõe a questionar e refletir, a partir de inserções na instituição de ensino, como o preconceito se apresenta na Educação Infantil e como as práticas pedagógicas podem contribuir para uma formação que respeite e valorize as diversidades.

Palavras-chave: Étnico-racial. Diversidade. Educação Infantil

1. Introdução

Este trabalho é fruto de uma vivência realizada com alunos de 3 a 4 anos de uma instituição de Educação Infantil, vinculada a uma universidade federal no interior do estado de São Paulo, e que teve sua construção marcada por diversas lutas de reivindicação por uma creche, no âmbito universitário, que duraram cerca de dez anos. A instituição apresenta 172 vagas disponíveis e cada etapa conta com duas turmas, sendo uma no período da manhã e outra no período da tarde. Uma observação

importante a ser feita é que algumas crianças frequentam os dois turnos, o que acarreta na diminuição do total de vagas a serem ocupadas.

Além disso, a organização de ensino - baseada em concepções de criança e desenvolvimento infantil presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – valoriza atividades de letramento (desde o berçário), o respeito às diversidades culturais e religiosas, vivências que ensinam e reforçam boas práticas de saúde, estudos sobre o corpo humano, autonomia para as atividades cotidianas (como o uso do banheiro) e prática de ioga. Para isso, há diversos recursos didáticos, incluindo brinquedos, fantasias, tintas, literatura infantil e até mesmo recursos digitais que podem ser utilizados em determinados contextos pedagógicos.

É neste espaço que me insiro enquanto pibidiana desde o início de 2025, buscando compreender como as relações interpessoais se constroem na fase inicial da infância e como o racismo se faz presente desde cedo, a partir de brincadeiras, exclusões e apontamentos das crianças. Apesar de estar localizada em um ambiente universitário e promover momentos culturais ricos em diversidade – rodas de capoeira semanais e forte presença de culturas indígenas, tanto de alunos como de estagiários – é perceptível que o preconceito ainda marca presença de diferentes maneiras e em diferentes etapas da infância.

A proposta relatada neste trabalho, portanto, surge a partir da necessidade de ampliação de repertório cultural, social e histórico para um grupo de crianças de 3 a 4 anos de idade, acreditando que a literatura infantil e os processos de mediação realizados pelos educadores fortalecem identidades negras e indígenas, garantindo o direito a uma sociedade antirracista que tanto buscamos construir (Ribeiro; Silva; Bortolin, 2025). Logo, a escolha da proposta alinha-se ao objetivo deste relato em questionar-se como o preconceito ocorre na Educação Infantil e de que maneira é possível intervir pedagogicamente em situações de racismo presenciadas em sala de aula.

Realizada no segundo semestre de 2025, a proposta buscou colocar em prática a Lei n.° 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, não abrangendo a Educação Infantil especificamente, mas podendo dialogar com esta etapa educacional. Além disso, utilizou-se também a Resolução n.°1, de 17 de junho de 2004, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-Raciais que apresenta em seu Art. 2.° que o principal objetivo da ERER (Educação das Relações Étnico-Raciais) é divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores que possam educar as pessoas a respeito da pluralidade étnico-racial, sendo, portanto, capazes de interagir e garantir respeito aos direitos legais de todos, além de valorizar a identidade de cada um (p. 31).

2. Fundamentação teórica

O mito da *democracia racial,* associado à ideia divulgada por Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande & Senzala (1933)*, contribuiu de forma significativa para a consolidação das desigualdades étnico-raciais no Brasil. Ao idealizar as relações de poder no período colonial, o autor construiu um imaginário social que relativizava a violência do período escravocrata e sugeria que a miscigenação teria promovido uma suposta harmonia social que, na realidade, intensificou o racismo estrutural no país.

O período escravocrata não apenas foi cruel, como deixou marcas em nossa sociedade que perduram até os dias atuais. As oportunidades não foram as mesmas ao longo da história, as lutas não foram (e não são) as mesmas e os conhecimentos não foram valorizados da mesma maneira. Diante disso, observa-se nos dias atuais a mobilização de diversos grupos que buscam resgatar e valorizar as contribuições culturais e as histórias africanas, contrapondo-se ao apagamento dessa herança e combatendo preconceitos enraizados em nossa sociedade.

Entretanto, não podemos ignorar que o racismo ainda se faz presente em todas as instâncias sociais, permeando inclusive ambientes que, a princípio, poderiam parecer alheios a estas questões, como a Educação Infantil. Autores como Circe Mara Marques e Leni Vieira Dornelles, na obra *O mito da ausência do preconceito racial na educação infantil no Brasil*, de 2019, afirmam que as crianças fazem parte do mundo das relações, ou seja, estão inseridas no mundo em que vivem, interagindo consigo mesmas e com adultos, que podem tanto mediar situações de conflito como ensinar a reprodução delas. Logo, dentro deste contexto, se não houver intervenções adequadas e imediatas, as crianças podem reproduzir comportamentos de dominação e preconceitos aprendidos. Portanto, torna-se papel da escola não apenas discutir as questões raciais, mas comprometer-se com a adoção de pedagogias antirracistas e promover novas formas de se relacionar com o outro, respeitando, compreendendo e valorizando as diferenças.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) afirmam a necessidade de elaborar propostas que reconheçam, valorizem e promovam o respeito e a interação das crianças com histórias de culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas. Ademais, enfatizam que o espaço escolar deve promover a dignidade da criança enquanto pessoa humana, protegendo-a contra toda e qualquer forma de violência, seja ela física ou simbólica.

Além disso, as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais defendem que para reeducar essas relações "é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados" (p. 14), considerando todas as demandas do cotidiano que possam surgir, sem se apegar ao receio de trabalhar assuntos que envolvem este tema, pois ele se faz mais do que necessário nessa etapa da educação, para que não reproduzam atitudes racistas por medo de educar e corrigir os comportamentos preconceituosos de crianças.

Partindo destes pressupostos, é fundamental que os educadores ampliem seu repertório, por exemplo, conhecendo obras literárias que trabalham temáticas étnico-raciais e que apresentem diversidades em suas histórias e imagens. Além disso, não basta apenas escolher livros que possuem personagens negros, pardos ou indígenas. É necessário observar a qualidade dessas obras, verificando se não há o reforço de estereótipos ou a criação de um ambiente hostil para as pessoas que deveriam se sentir representadas.

Nesse sentido, o texto *Literatura infantil e protagonismo negro: mediação na biblioteca escolar,* de Odilia Ribeiro, Rovilson da Silva e Sueli Bortolin, afirma que

> [...] a simples aquisição dessas obras não garante que, de fato, essas histórias cheguem às mãos dos pequenos leitores, por isso, a mediação desse acervo se faz necessária para que se criem espaços de reflexão e discussão sobre o racismo na escola. (2025, p. 4)

É com base nesta perspectiva que, no contexto da instituição em que estou inserida, busco atuar em favor de uma pedagogia antirracista, contribuindo para a construção de um ambiente acolhedor e norteado por relações respeitosas, bem como para a ampliação de repertórios culturais, históricos e sociais de crianças que estão inseridas em uma sociedade estruturalmente racista.

Afinal, conforme apresentado na obra *Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial,* de Hédio Silva, Maria Aparecida Silva Bento e Silvia Pereira de Carvalho, em parceria com o MEC (Ministério da Educação),

> É compromisso de todos fazer da Educação Infantil um espaço qualificado, acolhedor, igualitário, no qual crianças negras e brancas sejam valorizadas e respeitadas para que cumpramos a função primordial da Educação Infantil, que é promover o pleno desenvolvimento das crianças. (2012, p. 44).

Dessa maneira, cabe aos educadores refletir a respeito das práticas que realizam em sala de aula e de quais formas o preconceito se manifesta desde a fase inicial da infância. Para isso, é necessário reconhecer que crianças podem sim reproduzir práticas racistas e é papel da escola se mobilizar diante desta problemática, possibilitando um espaço acolhedor para todos e garantindo o pleno desenvolvimento de todos os alunos, sem exceção.

3. Procedimentos metodológicos

Este relato de experiência se apoia em uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo, procurando relatar uma experiência pedagógica realizada em uma instituição de Educação Infantil, dentro do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, no eixo temático de Educação para as Relações Étnico-Raciais. O registro dessa experiência foi feito a partir de observação participante, analisando falas, comportamentos, produções e interações das crianças.

3. Discussão

A proposta foi elaborada a partir de uma demanda identificada ao longo do ano de 2025. Em um determinado momento, durante uma interação em sala, um dos estagiários da turma – um homem negro – utilizou um nariz vermelho de palhaço para brincar com as crianças. Na ocasião, um dos alunos afirmou que ele não poderia estar caracterizado daquela maneira, com a justificativa de que apenas existiriam palhaços brancos.

Diante deste acontecimento, a professora regente sinalizou a necessidade de desenvolver uma proposta pedagógica voltada à valorização da diversidade étnico-racial. Em diálogo com a professora, foi sugerido o livro *O Menino Benjamin*, de Otávio Júnior, para ser o eixo norteador desta proposta.

O primeiro passo foi conhecer a obra e analisar se era qualificada para a intervenção, observando a presença de estereótipos, termos pejorativos, linguagem inapropriada, desenhos excludentes, ou qualquer indício de descaracterização da pessoa negra. A análise indicou que o livro apresenta uma abordagem adequada à temática, ao narrar a história do primeiro palhaço negro, além de apresentar ilustrações alinhadas à valorização da diversidade e estimulantes ao mundo lúdico da infância.

As atividades foram planejadas para um grupo de 15 alunos, com idades entre 3 e 4 anos, sendo 7 meninas e 8 meninos. Dentre essas crianças, havia uma garota indígena, uma parda e um garoto negro, o qual também era o único em processo de receber o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). É importante caracterizar a turma para dizer que, ao longo do ano, surgiram diversos comentários e brincadeiras excludentes das crianças com este menino em específico, uma vez que começaram a associar as características comportamentais dele com sua cor de pele, o que acarretou diversas ações da professora regente no decorrer do período letivo, com projetos de leitura de livros com temas étnico-raciais envolvendo as famílias, vivências em sala de aula voltadas a uma educação antirracista e diálogos constantes com os alunos sobre respeito à diversidade.

Partindo da obra escolhida e deste contexto da turma, a proposta foi planejada em duas etapas para dois dias diferentes. Sendo assim, no primeiro dia, realizou-se a leitura do livro *E agora, papagaio?*, de Gilles Eduar, no qual aparece, em uma das páginas, um palhaço negro, dando início à discussão sobre diversidade. Logo após a leitura e uma conversa direcionada sobre diferenças, as crianças foram convidadas a uma vivência de recorte de revistas e colagem, com o intuito de cada aluno formar o seu próprio rosto de palhaço, utilizando uma bola vermelha (já recortada anteriormente pela professora) para ser o nariz do personagem, possibilitando a percepção autônoma de que há pluralidade entre as pessoas.

A segunda proposta teve início desde a acolhida das crianças. A ideia era construir um ambiente circense e disponibilizar fantasias para que as crianças pudessem explorar a imaginação e a criatividade, enquanto brincavam e socializavam

entre si. Posteriormente, no momento da leitura, realizou-se a leitura do livro *O Menino Benjamin* juntamente com uma conversa a respeito de diferentes palhaços também conhecidos, mas pouco comentados. Tudo isso culminando na proposta de cada criança se transformar em um palhaço com suas próprias características, suas próprias experiências e suas próprias particularidades.

É válido destacar que, durante as propostas, houve uma atuação enquanto mediadora como estudante do PIBID, incentivando a participação das crianças, instigando possíveis dúvidas, valorizando as diversidades culturais e étnico-raciais, ampliando as reflexões das crianças e, principalmente, garantindo que todas se sentissem pertencentes, respeitadas e incluídas.

O desenvolvimento das vivências pautou-se no protagonismo dos alunos, buscando valorizar suas características e promover a ocupação dos espaços por todos eles, mas em especial do garoto negro que sofria diversas formas de exclusão disfarçadas de brincadeiras, como, por exemplo, uma brincadeira criada pelas crianças na qual ele era nomeado “monstro” e todos os outros fugiam dele, reforçando a ideia defendida neste relato de que o racismo pode apresentar-se desde a infância.

A primeira inserção, que apresentou o universo circense aos alunos a partir do livro *E agora, papagaio?*, abriu espaço para uma discussão inicial a respeito das diversidades étnico-raciais. As crianças se mostraram solícitas a este assunto e empolgaram-se ao descobrirem que a atividade seguinte tratava-se de recortes e colagens. Neste momento em questão, a análise feita é bastante positiva, uma vez que todos os estudantes exploraram diferentes imagens, formas e características físicas, construindo palhaços diversos e únicos.

Por sua vez, a segunda inserção possibilitou experiências mais palpáveis. A priori, no momento de acolhida, todos os estudantes se mostraram muito curiosos com o ambiente circense “invadindo” a sala de aula. Uma observação a ser feita é que, para eles, a questão de gênero era muito mais avançada do que a questão racial, o que pôde ser observado no momento em que alguns meninos escolheram fantasias de vestidos e não houve estranhamentos por parte do restante da turma.

Aqui considero importante ressaltar que a escolha e organização da sala para o período da leitura foram pensados com um objetivo pedagógico. Tendo como proposta principal a construção de identidade e a promoção do sentimento de pertencimento, a sala escolhida precisava apresentar espelhos para que as crianças pudessem observar suas próprias características em comparação com seus colegas,

compreendendo que há diversidades e que todas apresentam beleza. Além disso, era necessário construir um ambiente convidativo para que todos se interessassem pelo que seria abordado.

Dessa maneira, alguns tatames normalmente utilizados para o ioga na instituição foram espalhados em formato circular para organização da roda e, na parede, foram colocadas três imagens com diferentes palhaços: Palhaço Wil Wil (personagem negro da atualidade que utiliza um nariz preto ao invés do vermelho), Palhaça Xamego (primeira palhaça negra do Brasil) e um palhaço da cultura indígena Hotxuá que apresenta um nariz longo e pontudo, o qual chamou muito a atenção das crianças que ficaram agitadas comentando sobre o quanto era “diferente e divertido”.

Antes da leitura, deu-se início a uma conversa a respeito de personagens de circo, questionando quem já havia estado em um, qual foi o momento que mais gostaram, entre outras perguntas na mesma vertente. Dentro deste contexto, um dos alunos, observando as fotos fixadas na parede, comentou que havia presenciado um espetáculo de circo com palhaços negros (Cabaré da Nega) em um local promotor de lazer e cultura na cidade em que a experiência relatada ocorreu. Partindo deste comentário, a conversa transformou-se em um diálogo a respeito da diversidade étnico-racial, introduzindo o livro e dando início à leitura.

A obra *O Menino Benjamin*, conhecida na segunda leitura, retrata um garoto que morava nas ruas que, em um belo dia, encontra um circo e é apresentado à história do grande Palhaço Benjamin, brasileiro, filho de escravizados e primeiro palhaço negro da história. Durante toda a leitura, as crianças pareciam hipnotizadas e reflexivas, perguntando “por que as pessoas faziam isso com os pais do Benjamin?”, questionando-se a respeito do período escravocrata. Como se tratava de crianças muito novas, procurei explicar o processo da escravização com uma linguagem mais acessível e apropriada, para que pudessem compreender a gravidade desta ação, mas não de forma tão brutal e traumática.

Posteriormente, cada criança foi chamada para receber uma pintura de palhaço no rosto (com autorização e consentimento de cada um) e um nariz vermelho produzido com caixa de ovo e preso por um elástico. Em seguida, observaram a si mesmos no grande espelho da sala e brincaram, todos juntos, ao som de músicas circenses e danças espalhafatosas. Houve tanto envolvimento com a proposta que não queriam retirar o nariz para ir ao parque, jantar ou até mesmo ir para a casa.

4. Resultados obtidos

Atualmente, alguns autores defendem que atitudes racistas podem manifestar-se a partir dos três anos de idade. Nesse sentido, Flávio Santiago (2014) afirma que as crianças negras pequenas já experienciam processos de racialização e hierarquização nas relações construídas no contexto da Educação Infantil. Além disso, práticas de exclusão e discriminação também se fazem presentes no cotidiano escolar, como observado nos relatos vivenciados em sala de aula, desde a associação de um garoto negro à figura de um “monstro” até o estranhamento de que um estagiário negro se vestisse de palhaço em razão de sua cor de pele.

Pensando nos pressupostos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e nos objetivos de construir uma prática pedagógica antirracista, as vivências promoveram propostas que reconheceram e valorizaram a cultura e a história afro-brasileira, apresentando uma figura histórica que não costuma estar presente na escola: o Grande Palhaço Benjamin. Além disso, o espaço escolar construiu-se como um promotor da dignidade e valorização da criança enquanto pessoa humana, possibilitando a inclusão de um garoto, normalmente excluído pelos colegas, que se socializou com todos e se sentiu representado nas obras apresentadas.

Além disso, nota-se que a garantia do respeito aos direitos legais de todos e a valorização da identidade de cada um, como previstas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, podem ser alcançadas no dia a dia escolar. Todavia, essa mobilização exige o reconhecimento de que o racismo atravessa a Educação Infantil e que, sem intervenções pedagógicas intencionais e conscientes, continuará sendo fortalecido e legitimado na sociedade.

Há a necessidade urgente de que educadores se posicionem perante situações em que o preconceito se manifesta, sem o receio de reconhecer que crianças reproduzem práticas racistas. Se os alunos reproduzem aquilo que compreendem do mundo em que vivem, torna-se fundamental intervir nesse entorno que os cerca, conscientizando os familiares de que, conforme a Lei n.º 7.716/1989, o racismo não é apenas uma forma de discriminação, mas também crime e não podemos continuar formando cidadãos excludentes e preconceituosos.

Portanto, uma educação antirracista mostra-se necessária e carrega consigo contribuições que ultrapassam o espaço escolar. Por meio de uma pedagogia pautada na valorização das diferenças e no respeito ao próximo, é possível constituir relações

mais éticas, respeitosas, inclusivas e conscientes, influenciando na formação de cidadãos mais críticos e comprometidos com a construção de melhores relações interpessoais e, consequentemente, uma sociedade mais justa.

5. Conclusões

A Lei n.º 10.639/2003 torna obrigatório o ensino da história e das culturas africanas e afro-brasileiras no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, podendo também dialogar com a Educação Infantil. Todavia, ao longo dos encontros formativos do PIBID e das inserções na instituição, pude observar que nem sempre a aplicação desta lei é realizada de maneira efetiva e de qualidade. É necessário estar sempre em observação a cada momento educativo, procurando intervir, mas também sabendo como realizar a intervenção. Portanto, escolhendo bons livros, ampliando o repertório e reforçando que todas as pessoas são iguais em direitos e merecem dignidade. Como afirma Circe Mara Marques e Leni Vieira Dornelles (2019), as crianças fazem parte do mundo das relações e é no ato de educar estas relações que construímos, desde a fase inicial da infância, uma pedagogia, uma prática e uma sociedade antirracistas. Afinal, “um olhar atento ao que vem acontecendo nessa etapa [...] será benéfico para as crianças negras, para as crianças brancas e para o futuro do país” (Bento; Dias; 2012).

No relato apresentado, a proposta não teria sido possível se os educadores se calassem diante do preconceito escancarado no estereótipo de “apenas existir palhaço branco”. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, a escola possui papel central na valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e africanas, assim como no enfrentamento do racismo estrutural, que se manifesta desde cedo. Logo, tomando como base essa afirmação e o entendimento de que as relações podem ser reeducadas se “fizer emergir as dores e medos que têm sido gerados” (BRASIL, 2004, p. 14), as atividades foram organizadas e desenvolvidas articulando-se a uma prática pedagógica antirracista. É acreditando na importância da literatura infantil com protagonismos negros, desmistificando o Mito da Democracia Racial e observando como as ocupações do espaço são dadas desde a Educação Infantil, que as mudanças podem ser feitas em prol de uma formação e de uma sociedade menos racista.

5. Principais referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394/1996, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2003.

EDUAR, Gilles. **E agora, papagaio?.** São Paulo: Jujuba Editora, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

JUNIOR, Otávio. **Menino Benjamin**. São Paulo: Yellowfante, 2022.

MARQUES, Circe Mara; DORNELLES, Leni Vieira. **O mito da ausência do preconceito racial na educação infantil no Brasil.** 2019.

RIBEIRO, Odilia; SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli. **Literatura infantil e protagonismo negro: mediação na biblioteca escolar.** 2025.

SANTIAGO, Flávio. ***Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil.*** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SILVA, Hédio; BENTO, Maria Aparecida Silva; CARVALHO, Silvia Pereira de. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2012.